



Contém Assinatura Digital

**Município da Lourinhã**

**Divisão de Serviços Municipais, Infraestruturas e Frotas**

**Aquisição de Bens e Serviços**

## **CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS**

(Nos termos do art.º 115º do Código Contratos Públicos, na sua atual redação)

**Procedimento por Consulta Prévia ao abrigo do Acordo**

**Quadro\_AQ1/2021 – CLPQ2/2020**

[Nos termos do art.º 16º, alínea b) e alínea c) do n.º 1 do art.º 20º e art.º 112.º a 127.º do Código Contratos Públicos na sua atual redação]

### **Aquisição de Serviços**

**Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança Humana**

**Procedimento com a referência:**

**CPGAQ/7/2024**

Valor base para efeitos do presente procedimento é de 160.154,00 Euros

O Vice-Presidente,

(José Antonio da Costa Tomé, Dr.)

## ÍNDICE

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS .....	1
Artigo I. Convite: .....	4
Artigo II. Entidades a convidar: .....	10
Artigo III. Identificação da Entidade Adjudicante: .....	11
Artigo IV. Órgão responsável pela decisão de contratar: .....	12
Artigo V. Fundamento da escolha do procedimento: .....	12
Artigo VI. Esclarecimentos, retificações, alterações às peças do procedimento .....	13
Artigo VII. Erros e Omissões: .....	13
Artigo VIII. Prazo para apresentação das propostas: .....	15
Artigo IX. Documentos que integram a proposta e modo de apresentação: .....	15
Artigo X. Valor base e consulta preliminar ao mercado: .....	17
Artigo XI. Critério de adjudicação e desempate .....	18
Artigo XII. Análise das Propostas: .....	18
Artigo XIII. Esclarecimento sobre as propostas: .....	19
Artigo XIV. Relatório Preliminar: .....	19
Artigo XV. Audiência Prévia: .....	20
Artigo XVI. Relatório final: .....	20
Artigo XVII. Notificação da decisão de adjudicação: .....	20
Artigo XVIII. Documentos de Habilitação: .....	21
Artigo XIX. Condições de pagamento .....	23
Artigo XX. Caução: .....	24
Artigo XXI. Seguros: .....	24

Artigo XXII.	Revisão de preços: .....	25
Artigo XXIII.	Preço anormalmente baixo: .....	25
Artigo XXIV.	Aceitação da minuta do contrato:.....	25
Artigo XXV.	Celebração do contrato: .....	26
Artigo XXVI.	Publicitação: .....	26
Artigo XXVII.	Despesas e encargos: .....	26
Artigo XXVIII.	Peças que constituem o procedimento: .....	27
Artigo XXIX.	Disposições Finais:.....	27

## CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA NO ÂMBITO DE CONSULTA PRÉVIA SOB O REGIME GERAL PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO AO ABRIGO DO ACORDO-QUADRO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA.

### Artigo I. Convite:

1. O presente convite tem por objeto principal a **Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança** para o **Centro de Saúde da Lourinhã**, ao abrigo do Acordo-Quadro – AQ1/2021 – CLPQ2/2020 – Lote 1 – Serviços de vigilância e segurança humana – ID-4837079, com atualização dos preços máximo exarado na Informação n.º 497/2023 de 2023/10/16 celebrado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Oeste, doravante designada por CC-OesteCIM.
2. Procedimento a desencadear por Consulta Prévia nos termos do art.º 259.º do CCP, na sua atual redação, aplicando-se-lhe, em tudo o que não estiver especialmente regulado, as disposições do Caderno de Encargos do Acordo Quadro supra referido.
3. Ao preço da proposta deve estar incluído as seguintes **especificações técnicas**:
  - a) Controlo de acessos às instalações do edifício do Centro de Saúde da Lourinhã, no que se refere a pessoas, bem como controlo do acesso e/ou permanência de pessoas não autorizadas em áreas restritas ou reservadas;
  - b) Proceder ao registo de todas as pessoas que tenham acesso às instalações conforme os procedimentos em vigor e/ou aprovados pela entidade adquirente;
  - c) Intervir em situações de emergência, incluindo aquelas em que possa ser requerida a evacuação total ou parcial dos ocupantes das instalações;
  - d) Vigiar instalações de forma a prevenir a ocorrência de conflitos, distúrbios ou outros incidentes capazes de impedirem o normal funcionamento;
  - e) Proceder ao registo e controlo das chaves, nos termos definidos pela entidade;
  - f) Cumprir e garantir o cumprimento de regulamentos e outros normativos aplicáveis às instalações;
  - g) Desencadear as ações preliminares de correção de anomalias, de acordo com as instruções em vigor em cada instalação, nomeadamente de prevenção de furtos,

roubo, incêndios, inundações, sabotagens, vandalismo e explosões, solicitando a intervenção dos meios de apoio adequados;

- h) Informar, por escrito, o gestor do contrato, de quaisquer situações anómalas que ocorram durante o período de serviço;
- i) Realizar rondas no edifício para verificar portas e janelas antes do encerramento das instalações;
- j) Proceder ao encerramento das instalações.

5

#### 4. Local da prestação de serviço:

Os serviços objeto do contrato deverão ser prestados no **Centro de Saúde da Lourinhã**, sito na Av. Dr. Mário Braga s/n 2530-921 Lourinhã.

#### 5. Requisitos Técnicos e Funcionais /Calendário e Horário:

Níveis de Serviço / Frequências de Serviços		Horário a partir do qual o serviço DEVE ser prestado
<b>Serviço de Vigilância e Segurança com 2 postes de trabalho</b> para o Centro de Saúde da Lourinhã a realizar entre:  <b>01 /Setembro de 2024 e termo a 30 /abril de 2026 (20 meses)</b>	Periodicidade:  <b>De 2.ª a 6.ª feira (20 meses)</b>	Entre as 7h00m e termo às 22h00m
<b>Serviço de Vigilância e Segurança com 1 postes de trabalho</b> para o Centro de Saúde da Lourinhã a realizar entre:  <b>01 /Setembro de 2024 e termo a 30 /abril de 2026 (20 meses)</b>	Periodicidade:  <b>Em Sábados, Domingos e Feriados (20 meses)</b>	Entre as 7h00m e termo às 20h00m

## 6. Lista de Artigos/Mapa de quantidades:

Nos termos do número anterior as propostas são apresentadas de acordo com a seguinte lista de artigos/mapa de quantidades:

2024		
1	Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana com 2 (dois) recursos humanos a realizar de 2. <sup>a</sup> a 6. <sup>a</sup> - Normal Diurno de acordo com as Especificidades Técnicas definidas na Parte II   Cláusulas Técnicas do Convite	2465h
2	Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana com 1 (um) recurso humano a realizar de 2. <sup>a</sup> a 6. <sup>a</sup> - Normal Noturno de acordo com as Especificidades Técnicas definidas na Parte II   Cláusulas Técnicas do Convite	85h
3	Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana com 1 (um) recurso humano a realizar aos SÁBADOS E DOMINGOS - Normal Diurno de acordo com as Especificidades Técnicas definidas na Parte II   Cláusulas Técnicas do Convite	416h
4	Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana com 1 (um) recurso humano a realizar aos FERIADOS - Normal Diurno de acordo com as Especificidades Técnicas definidas na Parte II   Cláusulas Técnicas do Convite	65h
2025		
1	Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana com 2 (dois) recursos humanos a realizar de 2. <sup>a</sup> a 6. <sup>a</sup> - Normal Diurno de acordo com as Especificidades Técnicas definidas na Parte II   Cláusulas Técnicas do Convite	7279h
2	Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana com 1 (um) recurso humano a realizar de 2. <sup>a</sup> a 6. <sup>a</sup> - Normal Noturno de acordo com as Especificidades Técnicas definidas na Parte II   Cláusulas Técnicas do Convite	251h
3	Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana com 1 (um) recurso humano a realizar aos SÁBADOS E DOMINGOS - Normal Diurno de acordo com as Especificidades Técnicas definidas na Parte II   Cláusulas Técnicas do Convite	1313h
4	Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana com 1 (um) recurso humano a realizar aos FERIADOS - Normal Diurno de acordo com as Especificidades Técnicas definidas na Parte II   Cláusulas Técnicas do Convite	169h
2026		

1	Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana com 2 (dois) recursos humanos a realizar de 2.ª a 6.ª - Normal Diurno de acordo com as Especificidades Técnicas definidas na Parte II   Cláusulas técnicas do Convite	2436h
2	Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana com 1 (um) recurso humano a realizar de 2.ª a 6.ª - Normal Noturno de acordo com as Especificidades Técnicas definidas na Parte II   Cláusulas Técnicas do Convite	84h
3	Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana com 1 (um) recurso humano a realizar aos SÁBADOS E DOMINGOS - Normal Diurno de acordo com as Especificidades Técnicas definidas na Parte II   Cláusulas técnicas do Convite	416h
4	Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana com 1 (um) recurso humano a realizar aos FERIADOS - Normal Diurno de acordo com as Especificidades Técnicas definidas na Parte II   Cláusulas técnicas do Convite	52h

7

## 7. Contabilização do número de horas:

		<i>Dias úteis</i>	<i>Serviço Normal Diurno (2.ª a 6.ª) Total h</i>	<i>Serviço Normal Noturno (2.ª a 6.ª) Total h</i>	<i>Sáb. e dom.</i>	<i>Serviço Normal Diurno (sáb/dom) TOTAL h</i>	<i>Feridos</i>	<i>Serviço Normal Diurno (feriado) TOTAL h</i>	<i>TOTAL / ano</i>
<b>2024</b>	Nº de horas em 2024 (set a dez)	85	2465 h	85 h	32	416 h	5	65 h	3031 h
<b>2025</b>	Nº de horas em 2025 (jan a dez)	251	7279 h	251 h	101	1313 h	13	169 h	9012 h
<b>2026</b>	Nº de horas em 2026 (jan a 30 abril)	84	2436 h	84 h	32	416 h	4	52 h	2988 h
	Número de horas por tipologia	420	12180 h	420 h	165	2145 h	22	286 h	

## 8. Gestor do Contrato:

	<b>Gestor do Contrato</b>	<b>Suplente (em faltas e impedimentos)</b>
Aquisição de serviços de vigilância e segurança ao abrigo do AQ1/2021 – CLPQ2/2020, com atualização de preços de 2023/10/16 da OesteCIM	Assistente Técnica, Sónia Fernando da CDSSH	Técnica Superior, Carla Gonçalves, Coordenadora da CDSSH

O gestor do contrato é responsável pela execução deste contrato, nomeado pela entidade adjudicante, para a gestão do procedimento em articulação com a entidade adjudicatária, verificando se o produto reúne as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente convite e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

8

#### **9. Prazo de execução:**

O contrato mantém-se em vigor pelo período de 606 dias/20 meses, prevendo-se iniciar a **01 de setembro de 2024** e termo a **30 de abril 2026** em conformidade com os respetivos termos e condições estipulados no presente Convite e seus anexos e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações que devam perdurar para além da cessação do contrato.

#### **10. Obrigações Principais do Prestador de Serviços:**

- a) O adjudicatário obriga-se a executar a prestação de serviços, nas condições de preço contratadas, todos os trabalhos enumerados nas especificações técnicas definidas no presente Convite e demais documentos contratuais inerentes ao procedimento;
- b) Obrigação de efetuar inspeções regulares ao desempenho dos seus trabalhadores, por contato direto ou indireto, a fim de assegurar o correto desempenho dos serviços, e de reportar ao **gestor do contrato**, todas as anomalias graves que ocorram;
- c) Obrigação de ter ao seu serviço, pessoal de reconhecida idoneidade moral, aptidão física, experiência na execução das tarefas e adequada formação;
- d) O adjudicatário é responsável pela gestão da sua equipa de segurança e vigilância, nomeadamente na elaboração de horários, gestão de férias, substituição de profissionais faltosos;
- e) Obrigação de assegurar que os funcionários se apresentem devidamente fardados e identificados;
- f) Obrigação de respeitar toda a legislação em vigor, na parte que lhe for aplicável, devendo nomeadamente observar as prescrições legais sobre sanidade, sindicalização, salários mínimos, horários de trabalho, segurança e responsabilidade por acidentes de trabalho;



- g) Obrigação de substituir qualquer elemento do seu pessoal, quando necessário para cumprir as horas estipuladas;
- h) Obrigação de manter um ficheiro atualizado de identificação do pessoal junto à da Coordenação de Desenvolvimento Social, Saúde e Habitação (CDSSH) do Município da Lourinhã e ao Gestor do Contrato;
- i) Obrigação de assegurar a deslocação do pessoal até aos locais de trabalho, todos os equipamentos e maquinaria necessária, encargos sociais, seguros de acidentes de trabalho e responsabilidade civil, medicina no trabalho e fardamento dos funcionários;
- j) Obrigação de informar o gestor do contrato designado pelo Município da Lourinhã de qualquer situação anómala ao normal funcionamento do serviço;
- k) Se, no decurso do contrato, o adjudicatário deixar, por qualquer motivo, de possuir todos os requisitos exigidos para a prestação de serviços, o contrato poderá se resolvido pelo Município da Lourinhã, sem que aquele outro possa, pelo fato, ter direito a qualquer ressarcimento ou indemnização;
- l) A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
- m) O adjudicatário assume plena responsabilidade pelos trabalhos contratados, sendo, portanto, o único responsável perante a Câmara Municipal de Lourinhã;
- n) Fica, porém, isento de responsabilidade pelos erros e ou deficiências que resultem diretamente do cumprimento de instruções escritas transmitidas pela Câmara Municipal de Lourinhã e que lhe tenham merecido contestação escrita;
- o) Obrigação de manter a proposta pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para apresentação de propostas.

## 11. Visita ao Local:

- a. Os concorrentes interessados deverão tomar conhecimento *in loco* das condições das instalações Municipais onde se irá realizar a prestação de

serviços, objeto do presente procedimento, não podendo, em caso algum, invocar a ausência de conhecimento destas.

- b. Durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, os convidados poderão requerer, com antecedência, visitas aos locais da prestação de serviços, e realizar neles os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas, devendo inteirar-se das condições que influam no modo de prestar os serviços e, se o Município da Lourinhã assim o entender, serão acompanhados por um elemento por esta designado.
- c. As visitas previstas no número anterior deverão ter lugar mediante marcação prévia, no primeiro terço do prazo, por escrito através de comunicação na plataforma eletrónica da contratação pública, acingov por via de envio automático de mensagens eletrónicas, sendo realizadas simultaneamente para todos os interessados, no mesmo dia e hora e devidamente acompanhadas pelo respetivo, gestor do contrato.

10

## 12. Peças do procedimento:

1. O processo, e todas as peças que constituem este procedimento, encontram-se disponível na Divisão de Serviços Municipais, Infraestruturas e Frotas – Aquisição de Bens e Serviços (DSMIF-ABS) da Câmara Municipal da Lourinhã, localizado na Praça José Máximo da Costa, 2530-850 Lourinhã, endereço eletrónico: [contratacao publica@cm-lourinha.pt](mailto:contratacao publica@cm-lourinha.pt), onde pode ser consultado, durante as horas de expediente (das 9h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h), desde a data de envio Convite à apresentação de propostas até ao limite do prazo para entrega das propostas.
2. As peças do procedimento estão, também, disponíveis na Plataforma Eletrónica de Contratação para o Sector Público, AcinGov, com endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>.

## Artigo II. Entidades a convidar:

1. As entidades fornecedoras selecionadas, que outorgam o Acordo-Quadro ref.<sup>a</sup> **AQ1/2021 – CLPQ2/2020 CC-OesteCIM, ID-4837079** da Prestação de Serviços

de Vigilância e Segurança – Lote 1, com atualização de preços máximos datado de 2023/10/16 celebrado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Oeste, doravante designada por CC-OesteCIM, os seguintes fornecedores:

Fornecedor	NIF
2045 – Empresa de Segurança, S.A.	502332905
Comansegur – Segurança Privada, S.A.	503586579
Prestibel – Empresa de Segurança, S.A.	501326456
Ronsegur – Rondas e Segurança, S.A.	507011724
Securitas – Serviços e tecnologia de segurança, S.A	500243719

2. Em cumprimento do disposto no Caderno de Encargos do Acordo Quadro acima referido, celebrado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Oeste, a presente consulta será efetuada aos co-contratantes selecionados no **Lote 1 – Serviços de vigilância e segurança humana** do mencionado acordo quadro, nos termos das especificidades técnicas e condições definidas no presente convite e seus anexos.
3. O objeto do contrato encontra-se definido com Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, com código CPVs: 79714000-2, com descrição de Serviços de Vigilância, instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008 e passou a ser aplicável a partir de 15/09/2008.

### Artigo III. Identificação da Entidade Adjudicante:

Município da Lourinhã com o NIPC 502177101, sito no Edifício Paços do Concelho, Praça José Máximo da Costa, 2534-850 na localidade de Lourinhã,

telefone: (+351) 261 410 100 e telefax: (+351) 261 410 108, endereço eletrónico:  
contratacao publica@cm-lourinha.pt e sítio da Internet: <https://www.cm-lourinha.pt>.

#### **Artigo IV. Órgão responsável pela decisão de contratar:**

1. A decisão de contratar é da competência do órgão executivo da Câmara Municipal da Lourinhã, nos precisos termos da alínea f) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro conjugado com a alínea b) do n.º 1, do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e nos termos estabelecidos no art.º 36.º do CCP, republicado pelo Decreto-lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação.
2. O concurso é conduzido por um Júri, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, designado pelo órgão competente para a decisão de contratar referido na alínea a) do presente artigo no qual se impõe a necessidade de juntar declaração de inexistência de conflitos de interesses anexa ao presente processo, a que se refere o n.º 5 do mesmo artigo.

#### **Artigo V. Fundamento da escolha do procedimento:**

Considera-se que o procedimento que garante a maior eficácia é a consulta prévia a desencadear ao abrigo do **AQ1/2021 – CLPQ2/2020 CC-OesteCIM, ID-4837079** para Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança – Lote 1, com atualização de preços máximos datado de 2023/10/16 celebrado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Oeste, doravante designada por CC-OesteCIM, aos cocontratantes selecionados no lote 1 nos termos do artigo 259.º do CCP, obtendo os melhores preços graças à economia de escala, permitindo gerar poupanças para o Município dado efeitos de economia de escala provenientes dos acordos quadros promovidos pela CC-OesteCIM.

## **Artigo VI. Esclarecimentos, retificações, alterações às peças do procedimento:**

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da responsabilidade do Júri que conduzirá o procedimento, por despacho do Sr. Vereador, cuja competência lhe foi delegada pelo Exmo. Sr. Presidente da CML, órgão competente que tomou a decisão de contratar, devendo o interessado enviar o seu pedido de esclarecimento através da plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt> até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos a que se referem a alínea anterior serão prestados, pela mesma via, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas e notificados a todos os interessados que adquiriram as peças do procedimento, sendo igualmente disponibilizados em <https://www.acingov.pt>.
3. Qualquer retificação ou alteração das peças do procedimento são da competência do Órgão competente para a decisão de contratar.
4. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
5. Quando as retificações ou os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo previsto no n.º 2 do presente artigo, o prazo fixado para apresentação de propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado.
6. A decisão de prorrogação do prazo cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados.

## **Artigo VII. Erros e Omissões:**

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os convidados podem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a:
  - a) Aspectos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou

- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
  - c) Às condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.
- 2. Excetuam-se do disposto no número 1 os eventuais erros e omissões que os interessados, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudessem detetar na fase de execução do contrato.
- 3. A apresentação da lista referida no número 1 deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados em função da natureza do erro ou omissão, designadamente, memória descritiva com a identificação clara e fundamentada do erro ou omissão;
- 4. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizadas na Plataforma Eletrónica de Contratação para o Sector Público, **acinGov**, com endereço eletrónico <https://www.acingov.pt> e juntas às peças do procedimento que se encontrem disponíveis para consulta e todos aqueles que tenham adquirido as peças do procedimento serão imediatamente notificados daquele facto;
- 5. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas ou do prazo fixado no número 3 do artigo VII o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificadas pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites;
- 6. O órgão competente para a decisão de contratar identifica os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites;
- 7. A decisão prevista no número anterior é publicitada na Plataforma Eletrónica de Contratação para o Sector Público, **AcinGov**, com endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>, e junta às peças do procedimento, que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados, que as tenham adquirido, serem imediatamente notificados do facto.

### Artigo VIII. Prazo para apresentação das propostas:

1. O prazo para apresentação da proposta é de **9 (nove) dias** seguidos a contar do dia imediatamente seguinte à data do convite e deverá ser apresentada, através da plataforma eletrónica a uso por este Município com o endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>, de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 62.º do CCP, na sua atual redação.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregues aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. A proposta deve ser apresentada até às **23h59m do 9.º dia** a contar da data do envio do convite, através de plataforma eletrónica a uso por este Município com o endereço na internet <http://www.acingov.pt>.
4. A pedido devidamente fundamentado, por qualquer convidado, o prazo fixado para apresentação da proposta pode ser prorrogado pelo período considerado adequado.
5. Quando as retificações implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, a data limite fixada no n.º 1 deve igualmente ser prorrogada no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações;
6. As decisões de prorrogação nos termos do disposto no número anterior serão juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões na plataforma eletrónica utilizada.

### Artigo IX. Documentos que integram a proposta e modo de apresentação:

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
  - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **anexo I** e assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, conforme documento que se junta, em anexo ao presente convite;



- b) Lista de preços unitários, **anexo IV** (em formato PDF e assinada digitalmente), de acordo com o formulário da proposta / candidatura, disponível na plataforma eletrónica de contratação pública no endereço <https://www.acingov.pt>.
  - c) Declaração do preço hora/homem do serviço de vigilância e segurança humana para o Centro de Saúde da Lourinhã, excluído o IVA, **anexo V** do procedimento celebrado ao abrigo do Acordo Quadro Ref.<sup>a</sup> AQ1/2021 – CLPQ2/2020 da CC-OesteCIM – Lote 1.
  - d) Certidão de teor do pacto social da empresa onde constem os poderes necessários que são conferidos para outorgar o contrato, devidamente atualizada, ou a indicação do código de acesso para consulta da certidão permanente on-line na plataforma Portal da Empresa ([www.portaldaempresa.pt](http://www.portaldaempresa.pt)), ou documento equivalente, declaração de Início de Atividade;
  - e) Declaração a que se refere o n.º 4 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, na sua atual redação, conforme modelo constante do **anexo III** do presente convite.
  - f) Subscrever a Declaração de consentimento de Tratamento de Dados Pessoais, conforme modelo previsto no **anexo VI** ao presente Convite e que dele faz parte integrante.
2. **Todos os documentos** que instruem a proposta devem, **de forma individual, ser assinados eletronicamente** através de certificado de assinatura digital qualificada para o efeito, emitida por uma entidade Certificada pela Autoridade Nacional de segurança, de acordo com o disposto nos n.ºs 2 a 6 do art.º 54.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto e números 4 e 5 do artigo 57.º do CCP, na sua atual redação, pelo concorrente ou seu representante que tenha poderes para o obrigar.
3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura deverá a entidade interessada submeter junto da proposta um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante;



4. Não são admitidos documentos em língua estrangeira a não ser que estejam acompanhados de tradução legalizada.
5. Não são admitidas propostas variantes e os preços constantes da proposta devem ser indicados em algarismos e não incluir o IVA.
6. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
7. Se na proposta forem indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
8. O prazo de validade das propostas é de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
9. As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

**Artigo X. Valor base e consulta preliminar ao mercado:**

1. Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.º do CCP, na sua atual redação, o preço base do presente procedimento, como parâmetro base do preço contratual, é fixado em EUR: 160.154,00€ (cento e sessenta mil, cento e cinquenta e quatro euros), acrescido de IVA à taxa em vigor.
2. O valor base foi calculado segundo o método “custo médio” dos valores do preço apresentado pelos fornecedores no Acordo-Quadro para o lote 1 com atualização de preços datado de 16/10/2023 da OesteCIM, atendendo à tipologia dos serviços descrito no objeto do contrato.
3. Na proposta de preços a apresentar ao abrigo do AQ1/2021 - CLPQ/2020 CC-OesteCIM, Lote 2, ID-4837079, o preço unitário/hora a conceder não poderá ser superior ao inicialmente outorgado no contrato do procedimento celebrado ao abrigo do Acordo Quadro para Prestação de serviços de Vigilância e Segurança, com atualização dos preços máximo exarado na Informação n.º 497/2023 de 2023/10/16 celebrado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Oeste, doravante designada por CC-OesteCIM.

## Artigo XI. Critério de adjudicação e desempate

1. A adjudicação é feita, à proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante determinada pela modalidade prevista na alínea b) do n.º 1 do art.º 74 do CCP, na sua atual redação, **Monofator, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, o preço**, na medida em que as peças do procedimento definem todos os restantes elementos da execução do contrato a celebrar, com exceção do preço, sendo a adjudicação efetuada à proposta do **mais baixo preço**.
2. Concluída a análise das propostas e após a operacionalização do critério de adjudicação, a entidade adjudicante graduá-las-á por ordem decrescente.
3. Critério de desempate:
  - i) Por Sorteio presencial, a promover pelo júri do procedimento, na presença dos representantes de todos os convidados, que serão notificados, via plataforma eletrónica, para a sessão de sorteio com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias. O júri elaborará a ata respetiva que documentará os trabalhos realizados na dita sessão e os resultados do sorteio, ficando apenas ao processo de contratação e que será divulgada a todos os convidados.

## Artigo XII. Análise das Propostas:

1. O Júri analisa e avalia as propostas para efeitos de adjudicação tendo em consideração o critério de adjudicação referido no artigo anterior.
2. A análise das propostas é efetuada com base nos documentos que constituem a proposta.
3. O Júri que analisa e avalia as propostas poderá socorrer-se da colaboração dos quadros da entidade adjudicante, ou de quaisquer outros técnicos, como consultores externos, para apoio e elaboração de relatórios técnicos, na análise das propostas.

4. As deliberações do Júri, poderão ter por fundamento, no todo ou em parte, pareceres ou estudos de consultores internos ou externos, casos em que tais documentos instruirão os respetivos relatórios que para eles remeterão.

#### **Artigo XIII. Esclarecimento sobre as propostas:**

19

1. O concorrente obriga-se a prestar, em relação à sua proposta e a toda a documentação que a instrua e esclarecimentos necessários à avaliação da mesma.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP, na sua atual redação.
3. O Júri solicitará aos concorrentes, para que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, nomeadamente a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.
4. O Júri procederá à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
5. Todos os esclarecimentos prestados serão publicitados na plataforma eletrónica, AcinGov, utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os concorrentes serem imediatamente notificados desse facto.

#### **Artigo XIV. Relatório Preliminar:**

1. O Júri, após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, tipificado no Artigo XI, elaborará fundamentadamente um relatório preliminar, propondo a ordenação das referidas propostas.

2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o Júri deve também propor a exclusão dos concorrentes relativamente às quais se verifique alguma das situações a que alude os artigos 70.º e 122.º do CCP, na sua atual redação.

#### **Artigo XV. Audiência Prévia:**

Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o Júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a 3 dias úteis, nos termos do n.º 1 do artigo 123.º do CCP, na sua atual redação.

20

#### **Artigo XVI. Relatório final:**

Terminada a Audiência Prévia, o Júri elaborara um Relatório Final fundamentado, de acordo com o definido no artigo 124.º do CCP, na sua atual redação. O referido relatório, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

#### **Artigo XVII. Notificação da decisão de adjudicação:**

##### **a) Notificação da escolha do adjudicatário**

O órgão competente para a decisão de contratar notificará todos os concorrentes da decisão de adjudicação, acompanhado do relatório final de análise das propostas ou da decisão de não adjudicação e respetivos fundamentos;

Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário para:

- i. Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto do artigo XVIII do presente convite.

### **b) Anulação da adjudicação**

A adjudicação considera-se sem efeito quando, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário, não entregue a documentação (Documentos de habilitação) que lhe seja exigida.

### **c) Causas de não adjudicação**

Não há lugar à adjudicação quando:

- i.* Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- ii.* Todas as propostas tenham sido excluídas;
- iii.* Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para apresentação das propostas;
- iv.* Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem;
- v.* A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

## **Artigo XVIII. Documentos de Habilitação:**

1. O prazo de apresentação dos documentos de habilitação é de **5 (cinco) dias úteis** a contar da data de notificação de adjudicação na plataforma eletrónica de contratação pública no endereço <http://www.acingov.pt>.
2. Sempre que se verifiquem irregularidades na apresentação dos documentos de habilitação que possam levar à caducidade da adjudicação, o adjudicatário será notificado para, no prazo de **2 (dois) dias úteis** se pronunciar, por escrito, relativamente ao qual o facto ocorreu, nos termos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP, na sua atual redação.
3. Em função das razões invocadas e caso tais irregularidades se verifiquem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, deverá o mesmo suprimir as irregularidades detetadas no prazo de **2 (dois) dias úteis**, sob pena de

caducidade da adjudicação, conforme disposto no n.º 3 do citado artigo 86.º do CCP, na sua atual redação.

4. **O adjudicatário tem de apresentar os seguintes documentos de habilitação:**

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do **anexo II**, ao presente convite;
- b) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a **contribuições para a segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP, na sua atual redação;
- c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a **impostos devidos em Portugal** ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP, na sua atual redação;
- d) Certificado de **registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, na sua atual redação, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade.
- e) Apresentação das Apólices de **Seguro de Acidentes de Trabalho e Seguro de Responsabilidade Civil**, conforme indicado no n.º1 do artigo XXI do presente convite.

5. **Para efeitos da outorga do contrato deverá, ainda, indicar os seguintes**

**dados ou reprodução** (se optar por esta ultima, o envio das cópias dos documento de identificação, pressupõe a autorização expressa do (s) visado (s), terão de ser assinadas e datadas nas cópias, referindo o fim a que as mesmas se destinam, Portaria n.º 287/2017, que concretiza alterações à Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro):

- a) Numero de identificação do Cartão de Cidadão ou do Bilhete de Identidade e sua validade e Número de Contribuinte da(s) pessoa(s) que intervêm(êm) no contrato;
- b) Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva;

- c) Ata ou Procuração com poderes para o ato, caso se aplique;
6. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 4, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP, na sua atual redação.
7. Todos os Documentos de Habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
8. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os Documentos de Habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
9. Os Documentos de Habilitação serão apresentados de modo idêntico aos da apresentação da proposta.

#### **Artigo XIX. Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pelo Município da Lourinhã, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas em prestações mensais e de acordo com a proposta do adjudicatário, mediante emissão de fatura a enviar para o Município de Lourinhã – Coordenação Financeira, Praça José Máximo da Costa, 2530-850 Lourinhã, com a **indicação do número sequencial da ficha de compromisso**, com a indicação do **número de trabalhadores**, com indicação do **número de horas** efetivamente prestadas, sem o qual a mesma não poderá ser aceite.
2. As quantias devidas pelo Município da Lourinhã, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias após a receção das respetivas faturas e devidamente validadas pelo gestor do contrato.
3. Em caso de discordância por parte do Município de Lourinhã, quanto aos valores indicados nas faturas, deverá este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de Cheque ou Transferência Bancária.

## Artigo XX. Caução:

Não é exigível a prestação de caução nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos, na sua actual redacção.

24

## Artigo XXI. Seguros:

1. Sem prejuízo das responsabilidades e obrigações que lhe estão cometidas nos termos do contrato e demais documentação integrante do título contratual, o Adjudicatário deverá contratar, e manter válidos os seguintes seguros:
  - a) **Seguro de Acidentes de Trabalho**, abrangendo todo o pessoal envolvido na prestação de serviços objeto do presente procedimento;
  - b) **Seguro de Responsabilidade Civil** em seu nome, cobrindo todos os danos e prejuízos eventualmente causados durante a realização da presente prestação de serviços e desde que relacionados com ela.
2. Os contratos de Seguro a que se refere o número anterior deverão vigorar pelos períodos seguintes:
  - a) Seguro de Acidentes de Trabalho, enquanto se verificar a existência de trabalhadores sujeitos a risco;
  - b) Seguro de Responsabilidade Civil, deverá vigorar desde a data de início dos trabalhos e enquanto se verificarem operações resultantes das obrigações assumidas pelo Adjudicatário com esta prestação de serviços.
3. O Adjudicatário deverá apresentar à Entidade Adjudicante, antes do início dos trabalhos, uma declaração emitida por seguradora autorizada a desenvolver a atividade em Portugal em que:
  - a) Ateste a existência, de cada um dos seguros, em conformidade com os números anteriores;
  - b) Assuma expressamente o compromisso de comunicar à entidade adjudicante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, qualquer alteração que possa afetar as coberturas e garantias das respetivas apólices.



4. Sem prejuízo do número anterior, a Entidade Adjudicante poderá exigir cópia das apólices respeitantes aos seguros indicados no número 1, de modo a poder verificar a sua conformidade com o estabelecido naquele parágrafo.
5. A falta de apresentação da prova de contratação dos seguros mencionados no número anterior e a consequente impossibilidade de execução dos trabalhos será imputável ao Adjudicatário, sendo o mesmo responsável por todas as consequências daí decorrentes.

#### **Artigo XXII. Revisão de preços:**

Sem prejuízo do disposto no artigo 282.º do CCP, na sua atual redação, só há lugar à revisão de preços quando da alteração dos acordos coletivos de trabalho para o setor resulte num acréscimo legal obrigatório na remuneração dos trabalhadores nos anos subsequentes ao ano em curso.

#### **Artigo XXIII. Preço anormalmente baixo:**

A entidade adjudicante não definiu, as situações em que o preço ou o custo de uma proposta é considerado anormalmente baixo.

#### **Artigo XXIV. Aceitação da minuta do contrato:**

1. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos dois dias subsequentes à respetiva notificação, nos termos do artigo 101.º do CCP, na sua atual redação.
2. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou a recusa dos ajustamentos propostos.
3. No prazo de 10 dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

4. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

**Artigo XXV. Celebração do contrato:**

1. Salvo a inexigibilidade legal da redução do contrato a escrito, a outorga do contrato deverá ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
  - a) Apresentar todos os documentos de habilitação exigidos;
  - b) Comprovada a prestação da caução, caso se aplique;
  - c) Confirmados os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da sua proposta.
2. Do presente procedimento será celebrado contrato escrito, em suporte digital e a outorga do contrato é realizada eletronicamente na plataforma eletrónica AcinGov.
3. A entidade pública contratante comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 dias, a data e hora em que ocorrerá a outorga do contrato.

26

**Artigo XXVI. Publicitação:**

O presente procedimento, Consulta Prévia em regime geral, está sujeito a publicitação, em conformidade com o disposto no artigo 127.º do CCP, na sua atual redação, no portal dos contratos publicos, [www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt).

**Artigo XXVII. Despesas e encargos:**

São encargos dos concorrentes, as despesas inerentes ao procedimento, em particular, as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

### **Artigo XXVIII. Peças que constituem o procedimento:**

Fazem parte integrante do presente procedimento, nos termos do artigo 96 do CCP, na sua atual redação, as seguintes peças:

- a) O presente convite;
- b) O Caderno de Encargos, Cláusulas Jurídicas e Disposições Gerais do Acordo Quadro ref.<sup>a</sup> AQ1/2021 – CLPQ2/2020 CC-OesteCIM, com as devidas atualizações.

27

### **Artigo XXIX. Disposições Finais:**

#### **1. Assunção de compromisso**

A adjudicação está dependente da verificação da conformidade legal da despesa, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, e legislação conexas, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas e demais normas exigidas por lei.

#### **2. Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Convite aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação e demais legislação aplicável, nacional e europeia.

## ANEXOS

28

**[Todos os Anexos estão disponíveis em formato editável,  
na plataforma de Contratação Pública]**

### Anexo I

- Modelo de Declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

### Anexo II

- Modelo de Declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

### Anexo III

- Modelo de Declaração de Ausência de Conflitos de Interesses

### Anexo IV

- Mapa de quantidades / Formulário da Proposta

### Anexo V

- Modelo de Declaração do Concorrente

### Anexo VI

- Modelo de Declaração de Declaração de Consentimento de dados pessoais (RGPD)